

O Futuro de Portugal e da Europa: Nascimento, Amor e Morte



Henrique Gomes de Araújo

(Universidade do Porto)

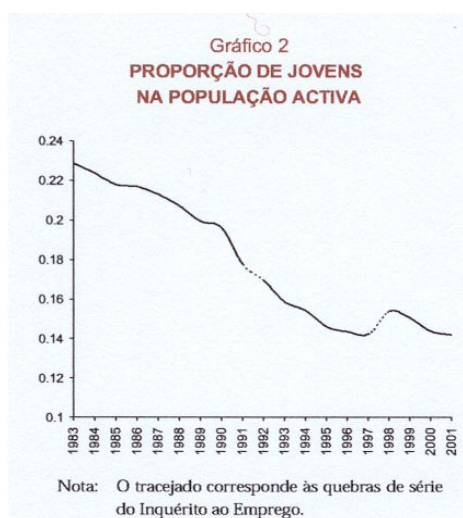
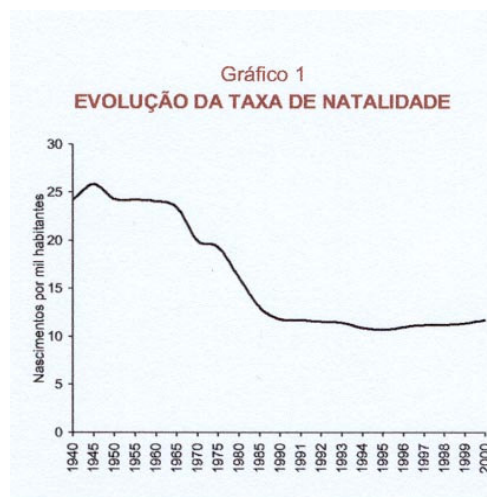
Citação: Henrique Gomes de Araújo, " O futuro de Portugal e da Europa: nascimento, amor e morte", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 1 (2004). ISSN 1645-958X
<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

Introdução

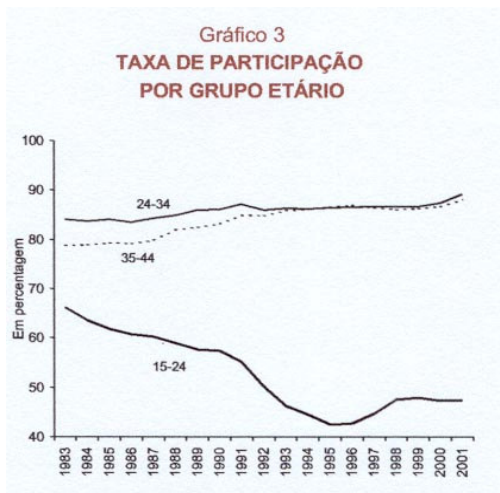
As recentes declarações do Governador do Banco de Portugal (Constâncio 2004) acerca da inversão do actual ciclo económico, são reveladoras das três políticas que os governos europeus têm que tomar no contexto do envelhecimento da população europeia: 1º uma política de aumento do numero de imigrantes; 2º uma política de aumento da idade de reforma; 3º uma política de aumento da natalidade.

Relativamente a esta, o Relatório do Banco de Portugal de 2001 apresenta dados que permitem suportar aquele objectivo político

Assim, este gráfico revela que houve uma quebra da taxa da natalidade em Portugal de valores próximos dos 25 por mil nos anos 60 para pouco mais de 10 por mil nos anos 90, tendo estabilizado desde então.

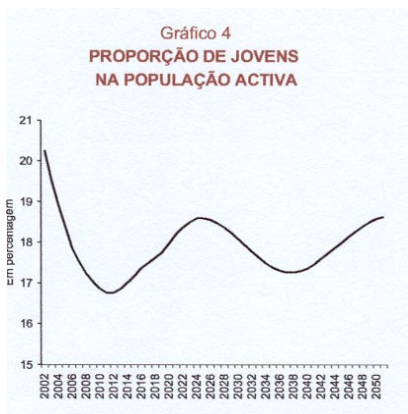


Este “baby bust” está associado a uma redução da proporção dos jovens na população activa. Assim, o peso de indivíduos com menos de 24 anos na população activa experimenta ao longo da década de 80 e 90 um significativo decréscimo de cerca de 23% para pouco mais de 15%.



A diminuição da taxa de natalidade repercute-se também na taxa de participação do grupo etário mais jovem na população activa, o mesmo se verificando nas projecções para os próximos anos:

Este último gráfico permite constatar que a taxa de participação global continuará a aumentar até 2006 para depois começar a cair, reflectindo a diminuição do peso dos jovens na população activa.



1. O amor e o futuro

O equacionamento de políticas sociais pelo Banco de Portugal evidencia a relevância da mútua implicação do económico e do social. O que quer isto dizer? Quer dizer que, por exemplo, o “crescimento potencial de uma economia, depende muito da oferta de trabalho, do crescimento demográfico” (Constâncio 2004). Ora, quando se fala de crescimento económico ou de crescimento demográfico, é a possibilidade de haver futuro – se bem que incerto – que se perspectiva. Até lá, toda uma política de contenção das finanças públicas configura um processo sacrificial cuja legitimidade a modernidade questiona e que, a traços largos e impressivos, se espera que resulte na destruturação de uma ordem tomada como iníqua (um “desiquilíbrio orçamental grande”) e no (re)nascimento da identidade da comunidade nacional (*vide* Turner 1992: 111).

Tal processo reforça os tabus que perservam a integridade física e a titularidade ou a ligação que as pessoas têm com as coisas (Iturra 1991: 56). E ao perservarem a titularidade das coisas, os interditos protegem-nas do desgaste e do consumo, orientando-as para a intensificação das trocas e, através dela, para o reforço dos laços de reciprocidade. O futuro começa aqui. As coisas constituem-se, assim, em bens (*ibidem*) – sejam eles produtos, seres humanos, saberes ou tecnologias –, no sistema de trocas que garante a reprodução social [1] e, portanto, o futuro do grupo.

Mas nem toda a reciprocidade é disso garantia. Há que distinguir duas formas de reciprocidade: a amorosa e a violenta. A primeira intensifica as trocas entre os actores, garantindo a reprodução do grupo, enquanto que a segunda rarefá-las, propiciando a sua

destruição. Qual é o operador epistémico que permite distinguir o amor da violência? É o complexo conceptual: ser/actor, essência/acidente, identidade/diferença e comunidade/estrutura.

Os seres humanos amam-se sempre que conseguem interreconhecer-se como tais, para além das máscaras de que são portadores e que os diferenciam como actores. O amor é essa dádiva de seres humanos que se tomam e se sentem como essencialmente idênticos, para além das suas diferenças acidentais, sejam elas sexuais, etárias, étnicas ou sociais. No limite, o amor é a *poesis* da comunidade [2], desse *topos* do excesso de desejo [3] a que todos têm acesso quando se precipitam na vertigem da ultrapassagem dos limites [4].

Ora é justamente a transgressão dos limites que suscita e, muitas vezes, legitima a intervenção da estrutura hierárquica desses mesmos grupos ou sociedades, na (re)imposição dos limites – quer no par, quer na família, quer nas organizações locais ou globais e em qualquer período histórico ou espaço geográfico –, já que as relações de reciprocidade não violenta existentes no seio das comunidades, foram e são coabitadas por relações de reciprocidade violenta.

São estas relações de poder que pervertem a representação das diferenças acidentais – metamorfoseando-as em essenciais (v. gr. o racismo) – e das semelhanças essenciais – percepcionando-as como acidentais –, o que amortece a intensidade das trocas tornando-as, no limite, impossíveis (ex. a guerra) e induzindo, deste modo, a extinção da comunidade. A violência é assim, essa relação de reciprocidade entre protagonistas que se tomam como radicalmente outros. Doutro modo: a alienação gera exclusão que, por sua vez, gera violência. Em suma: a alienação é a origem da violência.

Relações (“horizontais”) de comunidade e relações (“verticais”) de estrutura, relações de reciprocidade amorosa e relações de reciprocidade violenta, futuro e passado, nascimento e morte, imaginação e memória, atravessam a vida dos membros das sociedades de todas as épocas. Tais símbolos – nascimento, amor e morte –, emergem das comunidades e são eles que dão sentido ao ordenamento ético-político-jurídico vocacionado para a regulação das relações hierárquicas. E a existência de sentido é a garantia de futuro.

2. O futuro e a utopia

Entendo por utopia – na acepção que Thomas Moro usava – uma representação construída por redução do conceito de sociedade ao conceito de comunidade e cujo *modus operandi* consiste na abstracção do conceito de estrutura que a todas as sociedades se aplica.

Serão utópicos os objectivos preconizados pelo Governador do Banco de Portugal para enfrentar o envelhecimento da população portuguesa e europeia? As projecções que os estudos do Banco apresentam para os primeiros cinquenta anos deste século têm uma margem de erro que não lhes nega a consistência, mas o futuro, o devir da realidade social e histórica confirmará o desejado aumento da natalidade? E para haver futuro, haverá reforço das relações de reciprocidade não violenta (solidariedade social, defesa da família, integração étnica, etc.) e diminuição das relações de reciprocidade violenta (violência económica, corrupção, criminalidade, violência doméstica, pedofilia, etc.)?

Que futuro haverá para Portugal e a Europa? Estamos neste *hic et nunc* perante a convergência possível de respostas da moderna linguagem económica com a tradicional linguagem religiosa da injunção bíblica “Sejam férteis, cresçam e encham a terra” (Gen.9).

Notas

[1] “processo por meio do qual um grupo social não consome todos os bens que produz e guarda uma parte para recomeçar e continuar as suas actividades” (Iturra 1991: 53).

[2] A comunidade é um “sistema de valores, de normas e de códigos morais” (Cohen, 1985: 8) que enformam “conjuntos de relações sociais” (Santos 1994: 272), criando nestes identidades colectivas. Compreende-se assim que os símbolos do nascimento, amor e morte organizem as comunidades e transformem seres separados e, muitas vezes, antagónicos, em seres ligados.

[3] “é o excedente de desejo que impele o Homem a continuar a sonhar” (Vieira, 2003: 137).

[4] Na bela expressão de Maria Filomena Molder, a comunidade humana é “concebida como resgate esplendoroso do litígio entre animalidade e racionalidade” (Público, 14. Fevereiro. 2004).

Obras Citadas

A Economia deriva da Religião (2002), Porto, Edições Afrontamento.

Cohen, Anthony (1985), *The Symbolic Construction of Community*, London, Open University.
Constâncio, Vítor (2004), Entrevista ao Jornal Público, Rádio Renascença, 19 Janeiro 2004.
<www.bportugal.pt>

Gomes de Araújo, Henrique (1998), *Ética, Economia e Educação*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

Iturra, Raul (1991), *A Religião como Teoria da Reprodução Social*, Lisboa, Esher.

Moro, Thomas (1978), *A Utopia*, Guimarães, Guimarães Editores.

Relatório do Banco de Portugal de 2001, II.4 <www.bportugal.pt>

Santos, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice*, Porto, Edições Afrontamento.

Turner, Victor (1992), *Blazing the Trail*, London, The University of Arizona Press.

Vieira, Fátima (2003), “Ainda Morris? Sempre Morris: O Excesso De Desejo como Princípio Utópico para a Contemporaneidade”, in *Anglo-Saxónica*, II-18, pp.133-144.